

# O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Pedro Selvino Neumann<sup>1</sup>  
José Marcos Froelich<sup>2</sup>  
Paulo Roberto da Silveira<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a compreensão do processo de diferenciação do espaço rural da região central do Rio Grande do Sul, com a finalidade de estabelecer as condições para o desencadeamento do desenvolvimento sustentável. A região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região do Centro do Estado do Rio Grande do Sul (COREDE-Centro/RS) é composta por 33 municípios, sua área representa 11,61% da área total do Estado do RS. A área em questão, faz parte da Metade-Sul do RS, região considerada prioritária nos programas governamentais, face ao seu subdesenvolvimento em relação ao restante do Estado. Como procedimento metodológico, foi realizada uma zonificação, sendo identificadas três zonas agroecológicas homogêneas. A Zona I é a zona montanhosa de forte presença de imigrantes alemães e italianos, com o predomínio de uma agricultura familiar diversificada de pequeno porte. A Zona II, plana, é localizada na depressão central do Estado, onde predomina a cultura de arroz irrigado e a pecuária mais intensiva, sendo mais expressiva a presença de unidades de produção maiores. A Zona III, a tradicional região de campo, onde coexistem uma agricultura modernizada com um número expressivo de latifúndios de pecuária extensiva. Estabelecida a zonificação, procedeu-se a escolha de municípios representativos de cada zona, realizando-se nesses, um cadastro (censo) de todos os estabelecimentos rurais existentes. A partir do conjunto de estabelecimentos cadastrados, estabeleceu-se a tipologia das unidades de produção, com base nos seguintes critérios: racionalidade econômica do estabelecimento; sistema de produção predominante; quantidade e a qualidade dos meios de produção existentes.

**Palavras-Chave:** Processo de Diferenciação do Espaço; Tipologia de Sistemas de Produção; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agricultura Familiar.

## 1-ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é um recorte da experiência e dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em “Sistemas de Produção Agrícola e Desenvolvimento Regional Sustentável”, formado por uma equipe de professores vinculados ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da UFSM. O Procedimento metodológico geral utilizado pela equipe é o proposto pelo que se denomina de **Análise Diagnóstico do Sistema Agrário**.

---

<sup>1</sup> Prof. do Dep. de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-Mail: [psneuman@ccr.ufsm.br](mailto:psneuman@ccr.ufsm.br).

<sup>2</sup> Prof. do Dep. de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-Mail: [jmfroe@ccr.ufsm.br](mailto:jmfroe@ccr.ufsm.br)

<sup>3</sup> Prof. do Dep. de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-Mail: [silveira@ccr.ufsm.br](mailto:silveira@ccr.ufsm.br)

Como princípios metodológicos gerais é importante destacar: A utilização de passos progressivos, do geral ao particular, com o aumento progressivo de escala; a estratificação em cada nível de análise, pois a situação média não tem interesse prático; as categorias de estudo são grupos homogêneos (Zoneamento, Tipologia de Produtores, Tipologia de Sistemas de Produção); explicação, não apenas descrição, para a explicação dos fenômenos, utiliza-se a compreensão sistemática de sua historicidade e da avaliação técnico-econômica; análise em termos de sistema: o sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação

O quadro abaixo é uma síntese do procedimento metodológico geral adotado pela abordagem Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, sendo expressas também as modificações e adaptações realizadas pela equipe.

<b>Etapas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Escala</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Adaptações</b>
<b>1</b>	Diagnóstico do Sistema Agrário	Região	- Compilação de dados Secundários. -Zonificação -Percorridas do Terreno	-Análise de Cluster - Seminários de Diagnóstico e Sensibilização.
<b>2</b>	Diagnóstico do Sistema Agrário	Micro-região	- Entrevistas semi-estruturadas a Informantes Qualificados	- Cadastro de todos os Estabelecimentos Rurais
<b>3</b>	Diagnóstico dos Sistemas de Produção	Unidades de Produção	-Enquetes	- Informatização do instrumento

### 1.1 - O DIAGNÓSTICO DO SISTEMA AGRÁRIO DA REGIÃO:

Esta etapa compreende: a) a caracterização agro-ecológica e sócio-econômica da região em estudo; b) o estudo da evolução do sistema agrário da região; c) Determinação e caracterização de zonas homogêneas no espaço agrário em questão.

Os dados e informações são obtidos através dos seguintes procedimentos: consulta aos estudos já realizados sobre a região; sobreposição e análise de mapas temáticos, fotografias aéreas e imagens de satélite da região; utilização de técnicas da análise multivariada determinação de grupos homogêneos de municípios, percorridas no terreno para o levantamento sumário dos tipos de paisagem agrícola, e seminários de sensibilização.

A modificação recentemente introduzida nesta etapa foi a utilização de uma ferramenta da análise multivariada (a análise fatorial e de cluster) e os seminários realizados em cada povoado/comunidade do município, buscando abranger toda população.

A análise de fatorial e a análise de cluster foi utilizado como um instrumento complementar para a definição de zonas homogêneas. Estas ferramentas mostraram-se muito úteis para determinar com qual zona agroecológica o municípios localizados nas zonas de transição mais se identificam, além de determinar a existência de zonas homogêneas a partir de critérios sócio-econômicos.

Os seminários atendem fundamentalmente a dois propósitos. Primeiro, de envolver a comunidade no diagnóstico; assim, os seminários são um espaço onde a comunidade, através de técnicas de participação (técnicas de visualização móvel e moderação), faz a leitura de sua própria situação e aponta as possíveis ações de desenvolvimento. O segundo propósito do seminário é a sensibilização da comunidade para o diagnóstico, principalmente para o cadastramento de todos estabelecimentos a ser realizado na segunda etapa.

## 1.2 - O DIAGNÓSTICO DO SISTEMA AGRÁRIO EM CADA MICRO REGIÃO:

Os objetivos *a* e *b* desta etapa são idênticos aos da etapa anterior, mas a gora ao nível de cada zona homogênea identificada. Com objetivo *c* pretende-se nesta etapa estabelecer uma estratificação dos sistemas de produção (tipologia) presentes no espaço agrário em questão. Pretende-se assim, definir a problemática específica que cada zona apresenta, para que seja possível pensar políticas nos níveis regional e municipal, considerando as limitações e as potencialidades de cada micro-região.

Como as informações geralmente disponíveis não consideram as diferenças em nível de micro-região, faz-se necessário proceder a uma coleta de dados a campo, o que realiza-se através de entrevistas semi-diretivas e sucessivas junto a informantes qualificados, que geralmente são os moradores mais antigos e com grande conhecimento da zona em questão.

A modificação introduzida pela equipe, nesta etapa, é a aplicação de um instrumento de cadastramento de todos os estabelecimentos rurais presentes em cada um dos municípios em questão. Assim, para os objetivos da caracterização agro-ecológica e sócio-econômica (*a*) e para o estudo da evolução do sistema agrário de cada micro-região (*b*) são utilizadas as entrevistas a informantes qualificados. Já, para o objetivo de caracterizar e tipificar os estabelecimentos (objetivo *c*), é realizado o cadastramento da totalidade dos estabelecimentos, procedimento que vulgarmente denominamos de “pente fino” ou “varredura”.

O instrumento utilizado para cadastro dos estabelecimentos, é na verdade uma “janela” que a equipe de pesquisa criou num gerenciador de banco de dados criado pelo

Departamento de Engenharia Rural da UFSM, denominado “Cadastro Técnico Multifinalitário”, que passará a ser utilizado por todos os municípios gaúchos. A grande vantagem do programa é a sua agilidade na análise dos dados, podendo fornecer instantaneamente um grande número de relatórios com os múltiplos cruzamentos entre as variáveis. Permite também a utilização de informações georeferenciadas e o acesso a outros bancos de dados (dados da cooperativa, do INCRA, da Secretaria da Fazenda, etc) bem como o acompanhamento e atualização anual dos dados.

Na primeira parte do instrumento de cadastro são registrados os dados de todos os estabelecimentos presentes no meio rural (informações gerais do estabelecimento e de cada um dos moradores); na segunda parte, são registrados os dados do sistema de produção, somente daquelas unidades que tem algum tipo de ingresso econômico com a atividade agrícola.

O recorte realizado para o presente trabalho refere-se aos objetivos *c* da Etapa 1 e da Etapa 2 nos estudos da equipe sobre o desenvolvimento do espaço agrário em questão.

## **2 - ESTRATIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.**

Os dados disponíveis sobre a região que conforma o COREDE-Centro são bastante escassos. Sua área é de 32.752,53 Km<sup>2</sup>, o que representa 11,61% da área total do estado do RS. Sua população, segundo levantamento do censo de 1991/1992, é de 602.652 habitantes, representando 6,6% do total do estado do RS. A economia é baseada principalmente na agropecuária, varejo e beneficiamento, sendo que a participação no valor adicionado estadual está na faixa de 3,55%.

A região é composta por 33 municípios, sendo que Santa Maria pode ser considerado como município *pivô*, onde se formou um *hinterland* específico e dois municípios (Santiago e Cachoeira do sul) constiuem-se em sub-pivôs regionais. Tais municípios atraíram fluxos de investimento e populacionais, demonstrando um maior crescimento dos setores industrial e de serviços.

Como características culturais, associadas à ocupação do espaço, destaca-se a presença da imigração italiana e alemã, localizada na região da serra; nas áreas oriundas das antigas estâncias, situadas na região de Campo, a presença da chamada “cultura do latifúndio”.

### **2.1 - ZONEAMENTO A: REGIÕES FISIAGRÁFICAS**

Os dados referentes ao zoneamento agroecológico e biogeofísico são também muito diversificados. Seguem, a princípio, um padrão relativamente homogêneo para

toda a região, desconsiderando as várias “micro-regiões” dentro do território abrangido pela região em estudo. Estes dados serão objeto do próprio processo de pesquisa em andamento, no entanto, os mapas temáticos existentes permitem a identificação de, no mínimo, três zonas de paisagem agrícola .

A micro-região da serra, que chamaremos de **Zona I**, ocupada pela imigração italiana e alemã, caracteriza-se como de agricultura familiar de pequeno porte. Mais se 40% das propriedades tem menos de 20ha, a agricultura é bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no leite, no fumo, na batata inglesa e no milho. A região plana, localizada depressão central do estado e que chamaremos de **Zona II**, é a tradicional região de campo. Nesta zona, coexistem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura do arroz, e um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva. E por fim, a região de planalto, acima da Zona I, será denominada de **Zona III** onde há predomínio de médias e grandes propriedade, que desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho, mesclada com a atividade de pecuária de corte.

Os 33 municípios da região do COREDE-Centro estão distribuídos da seguinte forma:

**Zona I** Agudo, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, *Itaara*, Ivorá, Jaguari, *Jari*, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, Silveira Martins, *Toropi*, *Unistalda*,

**Zona II:** Cacequi, Cachoeira do Sul, *Dilermando de Aguiar*, Formigueiro, *Novo Cabrais*, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Vila Nova do Sul

**Zona III:** Júlio de Castilhos, Santiago, Tupanciretã,

## 2.2 – ZONEAMENTO B: REGIÕES SÓCIO-ECONÓMICAS

A objetivo neste momento era de agrupar os municípios com características agrícolas e soci-econômicas semelhantes a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e os dados da FEE de 1997.

Para estabelecer os grupos homogêneos de municípios empregou-se técnicas de análise multivariada - análise fatorial seguida por análise de agrupamentos. Foram analisados os dados de 27 municípios, pois o restante são municípios novos (os municípios em itálico) sobre os quais não se dispõem de dados. Para a realização das análises foi utilizado o pacote de estatística “*STATISTICA*”.

A análise fatorial foi empregada para selecionar as variáveis e para extrair os fatores que refletem as características agropecuárias e socio-econômicas do meio rural dos municípios em estudo. Ao todo foram construídas mais de 150 variáveis a partir dos dados do IBGE e da FEE (dados percentuais). Porém, somente 27 variáveis foram efetivamente empregadas para realizar o agrupamento dos municípios. As demais variáveis foram retiradas da análise por não possuírem carga fatorial significativa ( $< 0,7$  para os três primeiros fatores) ou por terem pouca significância para a região em questão. As variáveis consideradas para a construção dos grupos de municípios constam na tabela 01.

A análise de agrupamentos é uma técnica estatística empregada na classificação de observações, ou variáveis, em grupos homogêneos, quando há mais de uma dimensão a ser considerada simultaneamente. A análise de agrupamento foi realizada a partir dos escores fatoriais obtidos pela análise fatorial, sendo utilizado o método de Ward e a distância euclidiana. Por meio da análise de agrupamentos, os municípios região foram agrupados conforme o grau de similaridade nos fatores. As características de cada grupo de município, segundo as variáveis selecionadas estão expressas na tabela 01. Conforme demonstra o gráfico 1, os municípios da região ficaram assim distribuídos:

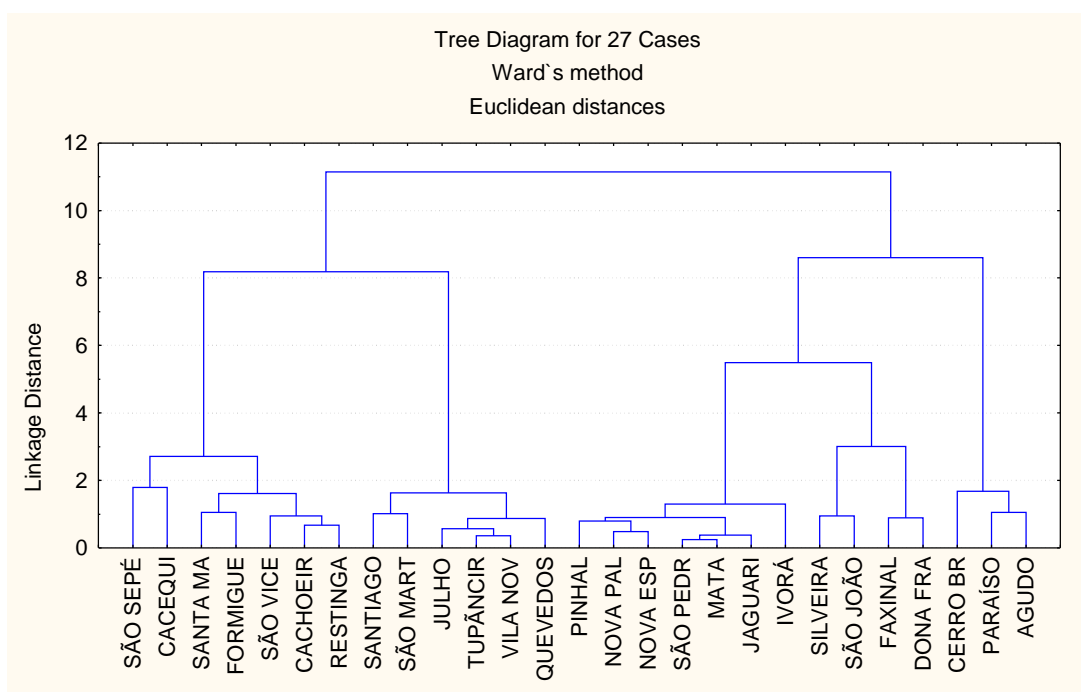
**Grupo I A:** Pinhal Grande, Nova Palma, Nova Esperança, São Pedro, Mata, Jaguari, Ivorá, Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca.

**Grupo I B:** *Cerro Branco, Paraíso, Agudo*

**Grupo II:** São Sepé, Cacequi, Santa Maria, Formigueiro, São Vicente, Cachoeira, *Restinga Seca*.

**Grupo III:** Santiago, *São Martinho da Serra*, Julho de Castilho, Tupanciretã, Vila Nova, *Quevedos, São Francisco de Assis*.

O Grupo I A e I B é formado pelos municípios da Zona 1, tendo como características principal uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades e uma agricultura diversificada. O grupo I B se caracteriza por apresentar uma concentração maior de propriedades menores (menos de 20 há) e por apresentar uma matriz produtiva com forte presença da cultura do fumo e da criação de suínos. Estas características particulares sugerem que este grupo de municípios sejam considerados como um grupo (zona) particular.



**GRÁFICO 1: ANÁLISE DE CLUSTER DOS MUNICÍPIOS DO COREDE-Centro/RS**

**QUADRO 01: VALORES MÉDIOS DAS VARIÁVEL DE CADA GRUPO.**

VARIÁVEIS	Grupo I A	Grupo I B	Grupo II	Grupo III	Região
Unidades de até 5 há	1,0	4,62	0,39	0,29	1,06
U. de 5 a 10 há	3,53	9,53	0,97	0,92	2,88
U. 10-20 há	11,52	21,57	2,71	2,57	8,16
U. 20-50 há	37,93	40,97	8,24	8,34	23,43
U. 50-100 há	23,89	14,68	9,39	8,75	15,50
U. 200-500 há	6,64	2,19	21,20	23,94	13,97
U. 500-1000 há	3,68	1,69	19,56	20,66	11,78
U. 1000-2000 há	0,34	0,0	14,44	15,83	7,70
U. mais de 2000 há	0,33	0,0	9,79	7,60	4,48
Valor da produção do ARROZ	24,91	21,78	71,59	10,70	32,69
V. BATATA INGLESA	9,78	1,23	0,78	6,53	5,80
V. FUMO	14,10	56,80	1,68	0,0	12,05
V. MILHO	12,61	5,45	4,52	13,84	10,13
V. SOJA	10,76	0,0	5,64	43,59	16,53
V. BOVINOS	15,01	20,27	20,37	18,49	17,78
V. SUINOS	18,06	35,34	7,63	11,68	15,71
V. LÃ	1,39	0,14	7,98	12,72	5,74
V. LEITE	42,67	18,64	45,49	40,79	40,33
Área de HORTIC/VIVEIROS	29,94	39,17	17,91	18,04	25,20
A. LAVOURA PERMANENTE	42,77	22,92	63,73	67,69	51,53
A. PRODUÇÃO MISTA	14,42	20,2	5,78	7,13	11,20
A. FLORESTA	2,0	6,45	1,69	0,56	2,09
Estab. LAV. TEMPORÁRIA	60,98	89,17	39,16	29,08	51,37
E. PECUÁRIA	12,22	3,60	35,87	41,22	23,84
ARRENDATÁRIOS	3,95	7,92	10,15	7,00	6,68
EMPREG. PERMANENTES	2,01	1,23	17,24	9,88	7,62

**QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS GRUPOS .**

Variáveis	Grupo I A	Grupo I B	Grupo II	Grupo III	Região
<b>PIB AGROPECUÁRIO</b>	35,4	48,0	29,8	36,9	37,6
<b>PIB INDUSTRIAL</b>	14,9	12,6	18,2	8,1	11,8
<b>PIB SERVIÇOS</b>	49,7	39,3	52,0	55,0	50,6
<b>PROPORÇÃO POP. RURAL/URB</b>	57,7	79,0	33,1	47,3	53,4
<b>HABITANTES/KM<sup>2</sup></b>	11,3	21,9	5,1	3,3	9,3
<b>CRESCIMENTO POPULACIONAL</b>	-0,6	1,7	-0,1	-1,2	-0,3
<b>CRESCIMENTO POP. RURAL.</b>	-2,1	1,6	-2,0	-1,7	-1,5
<b>CRESCIMENTO POP. URBANA</b>	1,3	2,9	0,9	-3,3	0,6

O Grupo **II** é formado pela maioria dos municípios que integram a zona 2 que apresentam uma estrutura fundiária com uma maior presença de médias e grandes propriedades e uma matriz produtiva com marcante presença do arroz. Integra também este grupo o município Restinga Seca (pertencente a Zona 1), sendo um município localizado entre uma zona de transição, a análise sugere as suas características guardam maior semelhança com municípios da Zona II.

O Grupo **III** é formado pelos municípios da Zona III, caracterizados pela presença de grandes e médias propriedades e uma matriz produtiva com forte presença da cultura da soja e dos estabelecimentos de pecuária de corte. Integram também este agrupamento uma grupo de municípios integrantes da Zona I (São Martinho da Serra, Vila Nova, Quevedos, São Francisco de Assis). Sendo municípios que localizam em áreas de transição entre a Zona I e a Zona III, a análise de agrupamento sugere que os mesmos guardam mais semelhanças com os municípios da Zona III.

### **3- A TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS DO MEIO RURAL.**

Em relação aos municípios a seguir abordados, Santa Maria pertence ao Grupo II e apresenta a particularidade da presença de duas zonas em seu território, a Zona I, II enquanto que Toropi, pertencente ao Grupo I A, se localiza integralmente na Zona I e Tupanciretã, pertence ao Grupo III, localizando-se na Zona III .

O **Município de Santa Maria** localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, possuindo a extensão territorial de 1.160 Km<sup>2</sup> , sendo a população de 223.351 habitantes (IBGE,1996). Segundo o cadastro realizado pela equipe de pesquisa em sistemas de produção e desenvolvimento regional, constatou-se uma população rural de 4.423 habitantes cadastrados, o que corresponde 2 % da população total do município. No período de 1980-1996, a taxa de crescimento da população urbana foi de 2,06 e da população rural de - 2,08.. A atividade agropecuária representa apenas 6 % do produto



interno bruto agregado fiscal (PIBcf) do município. Neste predomina o setor terciário com 84,80 % do PIBcf, sendo o setor industrial responsável por 9,1 % do PIBcf. Desta forma, observa-se tratar-se de um município atípico em relação aos municípios gaúchos, onde a agricultura é um setor marginal e, portanto, sem peso na definição das políticas públicas.

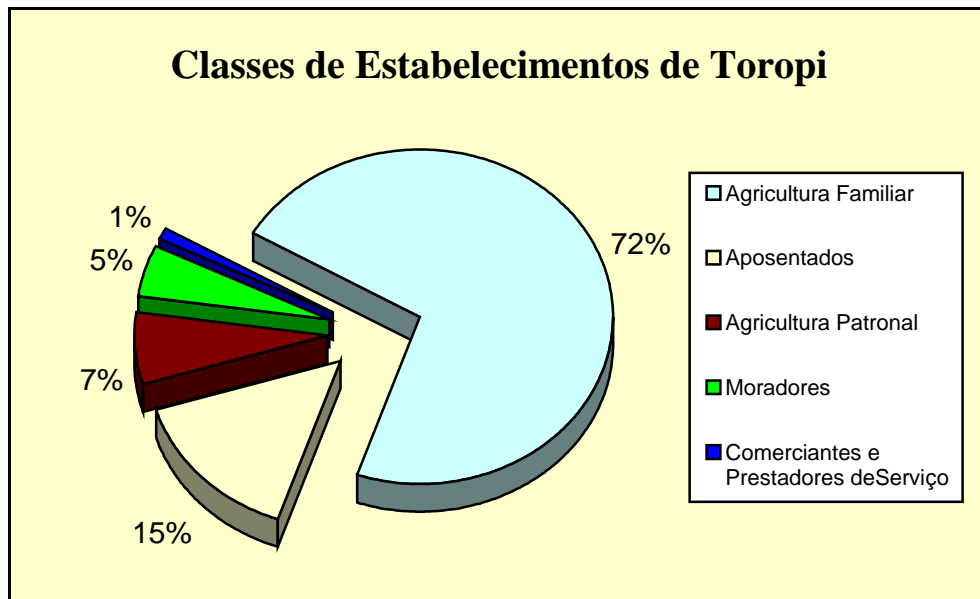
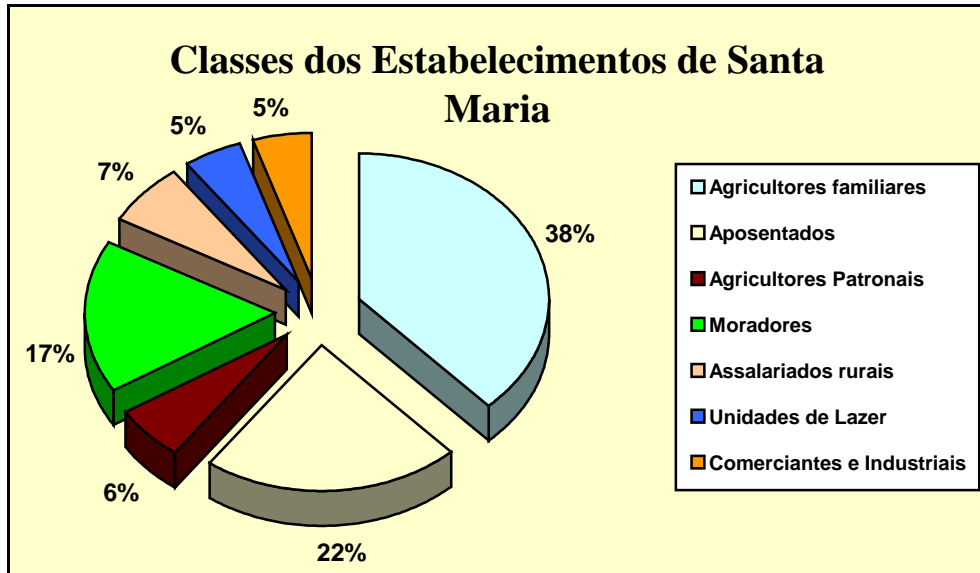
O **Município de Toropi** emancipou-se em 1996, abrangendo uma área de 180 km<sup>2</sup>, possuindo 3.170 habitantes, sendo 90% na zona rural. Os dados cadastrais indicam que a população se mantém praticamente constante. O município tem 80 % da área coberto pelo solo Ciríaco-charrua, caracterizado como brunizem avermelhado, raso e textura argilosa (no mínimo 35 % de argila), solo fértil e localizado no rebordo da serra geral. Apresenta-se, aqui, característica importante de Toropi: a existência de significativa área topograficamente acidentada, conseqüentemente, de difícil mecanização. Por ser um município tipicamente rural, não se fez uma diferenciação entre a zona urbana e rural, portanto foram cadastrados todos os estabelecimentos do município.

O **Município de Tupancitã** é um município antigo, emancipado em 1928, localizado numa região de transição entre a depressão central e o planalto, onde a ocupação do espaço ocorreu através das grandes estâncias de criação de gado. Nos anos 70, ocorreu uma certa desestruturação destas estâncias e a emergência de uma agricultura moderna em grandes unidades de produção patronal. Tais unidades produzem, principalmente soja, em regime de monocultura ou integrada com a pecuária de corte, através das pastagens de inverno. Dentro deste processo de desestruturação do latifúndio, salienta-se a existência de um grande número de assentamentos de reforma agrária no município.

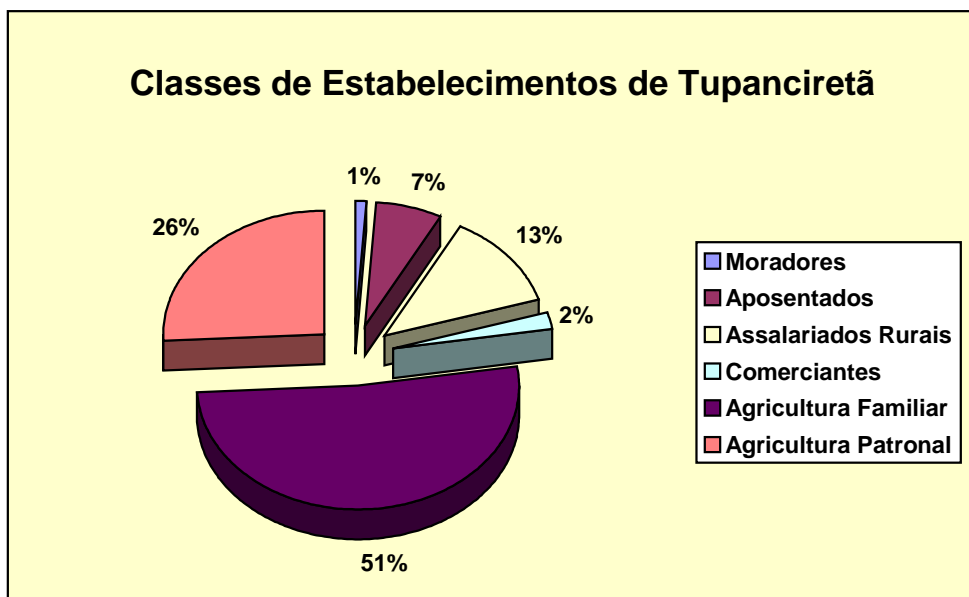
Tupanciretã ocupa uma área de 2253 km<sup>2</sup> com uma população de 19222 habitantes, sendo 28,55 % rurais. Em relação às características agroecológicas, o município possui uma variação, desde áreas planas e solo argiloso, adequado a uma produção agrícola intensiva até uma zonas onde predomina a topografia acidentada e muita pedregosidade. Com a emancipação do distrito de Jari em 1996, Tupanciretã perdeu uma área em torno de 900 km<sup>2</sup>, onde situavam-se pequenas propriedades dedicadas à subsistência em uma grande área de serra (transição com a zona I).

Foram cadastradas até o momento 1311 estabelecimentos estabelecimentos no município de Santa Maria e 591 estabelecimentos do Município de Toropi, 559 estabelecimentos em Tupanciretã . A totalidade dos estabelecimentos cadastrados foi

classificada em 7 classes no caso de Santa Maria e 5 classes para Toropi, 6 classes para Tupanciretã, considerando como critério fundamental as diferentes posições ocupadas pelos estabelecimentos em relação a utilização do espaço agrário e a propriedade dos meios de produção. Considerou-se sempre a dinâmica central do estabelecimento, ou seja, o que explica a reprodução econômica da família.



### Classes de Estabelecimentos de Tupanciretã



Em relação a tipologia dos estabelecimentos no município de Toropi, observa-se uma menor diversidade, com amplo predomínio da classe dos agricultores familiares. No entanto, dentro desta classe, evidencia-se como significativo o elevado número de estabelecimentos em que as famílias de agricultores exploram a terra em relação de parceria. Somente a classe de estabelecimentos denominada de “aposentados”, segue a mesma característica já identificada. Outra particularidade marcante do município, é o amplo predomínio dos estabelecimentos que tem como base para o desenvolvimento das atividades agrícolas a tração animal (89%), demonstrando uma realidade completamente distinta do município de Santa Maria.

O município de Tupanciretã caracteriza-se pela forte presença da agricultura patronal (26% dos estabelecimentos), o baixo número de estabelecimento que utilizam o meio rural como espaço exclusivo de moradia (1%), e também um número reduzido de estabelecimentos que dependem fundamentalmente da aposentadoria rural (7%).

#### 3.1 - A CLASSE DOS MORADORES:

Esta classe representa 17% do total dos estabelecimentos do meio rural de Santa Maria e somente 5% em Toropi e 1% em Tupanciretã. Integram este grupo somente os estabelecimentos que utilizam o espaço rural como espaço de moradia, sendo economicamente dependentes das atividades exercidas no centro urbano. Somente alguns desses estabelecimentos desenvolvem atividades agrícolas de subsistência em pequena escala. No caso de Santa Maria a grande maioria do contingente de “moradores” (80%) é de trabalhadores urbanos estabelecidos nas zonas de transição

entre o espaço urbano e o rural, e os que fizeram esta opção por razões econômicas. Entretanto, uma outra parcela, constituído pelos estabelecimentos ocupados por profissionais liberais e autônomos (20% do total dos estabelecimentos), tem no espaço rural uma preferência declarada de moradia.

### 3.2 - A CLASSE DOS ASSALARIADOS:

Nesta classe ( 7% do total dos estabelecimentos em Santa Maria, 13% em Tupanciretã e sem a representatividade numérica em Toropi), foram classificados somente os estabelecimentos que tem a sua dinâmica determinada exclusivamente pelo assalariamento agrícola permanente ou temporário. São caracterizados como estabelecimentos de moradia e geralmente não possuem área para produção agrícola.

### 3.3 - A CLASSE DOS APOSENTADOS:

Nesta classe estão os estabelecimentos com características de unidades de produção agrícola e que tem a sua dinâmica determinada pela aposentadoria de um ou mais de seus moradores, representam 22% do total dos estabelecimentos rurais em Santa Maria e 15% em Toropi, 7% em Tupanciretã. Em Santa Maria a grande maioria desses estabelecimentos (46%) não desenvolvem nenhum tipo de atividade agrícola. Uma parcela desses (36%) desenvolve atividades de subsistência, e somente 18% permanecem desenvolvendo algum tipo de atividade em termos comerciais. A maioria dos estabelecimentos são conduzidos por um casal de idosos, não tendo seu futuro definido, podendo, na sua grande maioria, tornar-se caduco. Em Toropi, 70% não tem produção agrícola comercial contra 30% que tem produção comercial em pequena escala.

### 3.4 - A CLASSE DOS AGRICULTORES FAMILIARES:

Esta classe é representada em Santa Maria por 38% do total dos estabelecimentos e 72% em Toropi, 52% em Tupanciretã. Neste conjunto, estão os estabelecimentos cuja dinâmica de reprodução está assentada na produção agrícola familiar (com mais de 80% da M.O utilizada no ano agrícola provindo do grupo familiar). No caso de Santa Maria duas grandes categorias constituem esta classe: a categoria de *Minifundiários* (26 % dos Agricultores familiares), são unidades de produção com pequena área, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência com comercialização dos excedentes e empregando parte dos componentes da família em outros estabelecimentos (como mão de obra temporária ou permanente); a categoria dos *Agricultores Familiares Comerciais*, composto por uma gama variada de unidades de produção que dependem economicamente da exploração do estabelecimento como

unidade de produção agrícola. Já em Tupanciretã, 45% dos estabelecimentos familiares foram considerados como minifundiários e 55% como agricultores comerciais. O elevado número de minifundiários é explicado, em parte, devido a presença no município de 54 estabelecimentos de assentados, assim classificados devido ao pequeno tamanho de seus lotes e suas precárias condições. Entretanto, mesmo excluindo os assentamentos, o número de minifundiários no município continua expressivo (38%).

No caso de Toropí é identificada uma terceira categoria, a dos *agricultores parceiros*, constituídos de agricultores familiares que realizam o processo produtivo em parcela de outro estabelecimento ou unidade de produção, ficando parte do resultado do processo produtivo com o dono da terra. Os parceiros dispõem de áreas pequenas, geralmente menores de 5 ha, e praticamente a totalidade trabalha com a cultura do Fumo.

### 3.5 - A CLASSE DOS AGRICULTORES PATRONAIS:

Foram incluídos nesta classe todas as unidades de produção agrícolas que contratam mais de 20% da mão de obra anual, necessária às atividades da unidade; representam 6% do total dos estabelecimentos em Santa Maria e 7% em Toropí, 26% em Tupanciretã. Em Santa Maria e Tupanciretã duas categorias compõem este conjunto de unidades: A categoria dos *Fazendeiros* (9% e 27% respectivamente dos estabelecimentos patronais), composta por unidades típicas e exclusivamente de pecuária extensiva; A categoria de *Empresários Rurais* (91% e 73% dos estabelecimentos patronais), caracterizada por estabelecimentos com exploração mais intensiva, de parte ou da totalidade, da unidade de produção. Em Toropí verifica-se a presença somente dos *Empresários Rurais*.

### 3.6 - A CLASSE DOS COMERCIANTES E INDUSTRIAIS:

Este conjunto de estabelecimentos presentes no município de Santa Maria representam (5 % do total dos estabelecimentos), exercem atividades típicas dos setores de serviço (comércio) ou de transformação (indústria) nem sempre vinculados às atividades agrícolas. No município de Toropí não se verifica a presença dos industriais e sim de prestadores de serviço (como na atividade de transporte do fumo). Em Tupanciretã também não se verifica a presença dos industriais, somente dos prestadores de serviço e comerciantes.

### 3.7 - A CLASSE DAS UNIDADES DE LAZER:

É o conjunto de estabelecimentos, presentes no meio rural de Santa Maria, apresentando sua dinâmica definida pela utilização da unidade de produção como uma

unidade de lazer, pelo proprietário e sua família. São unidades usufruídas pelos donos nos finais de semana ou em determinadas épocas do ano e empregam geralmente uma família (caseiros ou agregados). Uma parcela dessas unidades (13% dos estabelecimentos de lazer) foram denominadas de *Fazendas de Lazer*, caracterizadas por possuírem grandes áreas e com desenvolvimento de uma pecuária extensiva, não se constituindo, no entanto, em uma atividade econômica capaz de explicar a dinâmica e a racionalidade da unidade. As unidades restantes (87% das unidades de Lazer) foram denominadas de *Chácaras de Lazer*, unidades menores (até 50 ha) e que geralmente praticam atividades agrícolas variadas, mas sem expressão econômica.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Os casos analisados demonstram realidades completamente distintas dentro de uma mesma região. O caso de Santa Maria mostra uma realidade rural que não traduz unicamente as relações estabelecidas entre o agricultor e a terra, mas revela a coexistência e a justaposição de vários grupos sociais. Uma realidade onde funções, até então, tipicamente urbanas, foram incorporadas ou adaptadas ao ambiente rural. Os dados levantados demonstram que mais de 50% da população rural do município não tem vínculo direto com a atividade agrícola. Já os demais municípios se caracterizam pelo domínio absoluto do agrícola sobre o rural.

Na verdade, o que existem de fato são espaços rurais. Este crescente processo de diferenciação entre os espaços rurais e interior deles próprios, faz com que o conceito de rural perca progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, contraposto ao urbano. As atividades paralelas ou integradas à atividade agrícola variam muito segundo os contextos. Torna-se, assim, necessário buscar um novo critério de diferenciação espacial, que permita captar esta diversidade crescente. As políticas, os instrumentos de gestão e desenvolvimento e a própria legislação brasileira devem ser concebidas com base em uma lógica territorial em vez de setorial. Neste contexto, é fundamental que também sejam repensadas as abordagens e instrumentos de diagnóstico/análise da realidade, os quais dão suporte aos mesmos.

É necessário que as políticas de desenvolvimento reconheçam e passem a utilizar essa diversidade. Isto significa dizer que as receitas comuns, válidas para todas as zonas, não podem ser mais admitidas, e da mesma forma, as abordagens verticais do tipo “de cima-para-baixo”, pois simplificam e ignoram as diferenças contextuais.

O fato dos agricultores serem minoritários no espaço rural, como em Santa Maria ( menos de 50 % do total da população rural), não os impede de serem

majoritários na ocupação destes espaços e, portanto, terem uma responsabilidade específica na sua gestão. Não os impede, também, de exercerem um peso econômico e político muito maior do que demonstram as estatísticas oficiais. Em Santa Maria, apesar de representarem menos de 2 % da população total do município, respondem de maneira direta por 6 % do PIBcf, e estima-se que indiretamente por mais de 20 % da economia municipal. O fato do espaço rural assumir outras funções não significa uma perda de importância do agrícola. Ao invés de negado, esquecido ou desvalorizado, o agrícola deve ser reafirmado. Reafirmado, no entanto, não como categoria homogênea, estanque, compartimentada e sem relação com as demais funções do rural. O reconhecimento do espaço rural como polifuncional, potencializa o agrícola na medida que redireciona recursos e mesmo campos profissionais, antes eminentemente urbanos.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BILLAZ, R. & DUFUMIER, M. *Recherche et Developpement en agriculture*. Paris: Presses agriculture diversifié. Paris: Editions L. Harmattan, 1988. P.225-32.
- BOISIER, S. *En Busca del Esquivo Desarrollo Regional: Entre la Caja Negra y el Proyecto Político*. Santiago do Chile: ILPES, Série Ensaio, Documento 95/30, 1995
- BONNEVIALE, J.R., JUSSIAU, R; MARSHALL, E. *Approche globale de l'exploitation agricole; comprendre le fonctionnement de l'exploitation agricole: une méthode pour la formation et le developpement*. Dijon: INRA, 1989. 350 p.
- BOURGEOIS, A. *Une crise des méthodes*. Agriscope. Angers, 1 (1): 10-4, 1983
- DEFFONTAINES, J. P. Systèmes agricoles et paysages. In: JOLIVET, M.; ed. *Pour une Developpement-Vulgarization*, Bamako-Mali, 1986. Paris: INRA, 1986. 23P.
- DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole- Manuel d'expertise*, Paris, Ed. Karthala/CTA,1996.
- DUFUMIER, Marc. *Système de production et développement agricole dans le tiers monde*, *Les cahiers de la recherche développement*, N.06, Montpellier, abril,1985.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE), *Dados Econômicos dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1995.
- IBGE. *Dados do Censo Econômico e Agropecuário*. Brasília, 1985, 1991 e 1996.
- JOUBE, Ph. *Approche systemique et Recherche-Developpement em agriculture, quelques definitions et commentaires*. In: *Seminaire National sur la Liaison Recherche-* ORSTOM, serie Biol., Paris: 24: 3-25, 1974.
- MATTOS, C.A. *Desenvolvimento Sustentável nos territórios da globalização-alternativa de sobrevivência ou nova Utopia ?*, em: BECKER, B. & MIRANDA, M. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MAZOYER, M. *Rapport de synthèse preliminaire présente au "Comite Dynamique des systemes agraires"*. Paris: Ministere de la Cooperation et Ministere de la Recherche et la Technologie, janvier 1986. 15p.
- SARACENO, E. *O Conceito de Ruralidade: Problema de Definição em Escala Européia*. Texto traduzido por Angela Kageyama. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>